



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO N.º 241/VII (1a.) - AC

Exmº. Senhor

Presidente da Assembleia da República

REPUBLICANA REVOLUCIONÁRIA
1976

11.1.95
Rosa Maria Albuquerque

Excelência,

Em 9 de Fevereiro de 1995, 4ª. Sessão Legislativa da VI Legislatura, apresentei à Assembleia da República um requerimento solicitando que o Senhor Governador do Banco de Portugal me informasse sobre várias questões, cujo interesse e actualidade se mantém, o qual foi publicado no nº. 17 do Diário da Assembleia da República, II Série-B, de 17.2.95 que se junta e se dá por reproduzido.

Porque não tenho conhecimento de qualquer resposta, renovo a V. Exª. o requerido solicitando se digne ordenar que o mesmo requerimento seja de novo remetido ao Senhor Governador do Banco de Portugal com pedido de resposta como é constitucionalmente devido.

E.D.

O Deputado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature: Acisnila N. Madeira/PS]

Junto - um documento



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1994-1995)

S U P L E M E N T O

14

S U M Á R I O

Requerimentos [n.ºs 434 a 488/VI (4.ª)-AC e 9/VI (4.ª)-AL];

N.ºs 434 a 436/VI (4.ª)-AC — Da Deputada Isabel Castro (Os Verdes) ao Governo e aos Ministérios do Ambiente e Recursos Naturais e da Saúde sobre, respectivamente, o relatório de Portugal à Conferência Mundial sobre as Mulheres, o estudo de impacte ambiental e de avaliação da Barragem de Foz Côa e o tratamento de resíduos produzidos no Laboratório de Radioisótopos da Faculdade de Medicina do Porto.....	90-(4)
N.ºs 437 e 438/VI (4.ª)-AC — Do Deputado Mário Tomé (Indep.) aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Emprego e da Segurança Social sobre trabalhadores portugueses na Alemanha.....	90-(4)
N.º 439/VI (4.ª)-AC — Do Deputado José Manuel Maia (PCP) aos Ministérios das Finanças e da Indústria e Energia sobre o negócio QUIMIGAL/QUIMIPARQUE/PARTEST (Barreiro).....	90-(5)
N.ºs 440 e 441/VI (4.ª)-AC — Do mesmo Deputado aos Ministérios da Administração Interna e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre, respectivamente, o Posto da GNR em Alcochete e o relatório do grupo de trabalho sobre a situação financeira dos Caminhos de Ferro Portugueses, E. P. (CP).....	90-(6)
N.º 442/VI (4.ª)-AC — Do Deputado Paulo Rodrigues (PCP) ao Ministério da Educação sobre a construção da Escola C + S de Montemor-o-Velho.....	90-(7)
N.ºs 443 e 444/VI (4.ª)-AC — Do Deputado Raul Castro (Indep.) ao Ministério da Educação sobre, respectivamente, a carência de meios financeiros na Universidade e disparidades nas reformas dos professores.....	90-(8)

N.º 445/VI (4.ª)-AC — Do mesmo Deputado ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre a discriminação salarial na Portugal Telecom, S. A.	90-(8)
N.º 446/VI (4.ª)-AC — Do Deputado João Granja da Fonseca (PSD) ao Ministério da Educação sobre a definição da carreira de psicólogo.....	90-(8)
N.º 447/VI (4.ª)-AC — Do Deputado André Martins (Os Verdes) ao mesmo Ministério sobre as instalações da Escola Secundária de Palmela.....	90-(8)
N.º 448/VI (4.ª)-AC — Do Deputado António Murteira (PCP) aos Ministérios da Agricultura, do Emprego e da Segurança Social, das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais sobre a falência das empresas agrícolas do Sr. Thierry Russel, no Brejão (concelho de Odemira)...	90-(9)
N.º 449/VI (4.ª)-AC — Dos Deputados António Murteira e José Manuel Maia (PCP) ao Ministério do Mar sobre a pesca no estuário do Sado.....	90-(10)
N.º 450/VI (4.ª)-AC — Do Deputado Alexandrino Saldanha (PCP) ao Ministério do Comércio e Turismo sobre a alteração da Lei Orgânica da Inspecção-Geral das Actividades Económicas (IGAE) com revogação do Decreto-Lei n.º 14/93, de 18 de Janeiro.....	90-(10)
N.º 451/VI (4.ª)-AC — Do Deputado Jorge Paulo Cunha (PSD) ao Ministério das Finanças sobre irregularidades na Junta de Freguesia de Alhandra.....	90-(10)
N.º 452/VI (4.ª)-AC — Do Deputado António Beneditos (PSD) aos Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social sobre a situação da empresa Têxtil Luís Correia, S. A.....	90-(11)
N.º 453/VI (4.ª)-AC — Da Deputada Isabel Castro (Os Verdes) ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais sobre dragagens na doca dos Olivais no âmbito da EXPO 98	90-(11)

- 3) Quais os motivos que impediram até à presente data a publicação do diploma que consagra o subsídio de risco para o pessoal da justiça fiscal e fiscalização?

Requerimento n.º 467/VI (4.ª)-AC

de 9 de Fevereiro de 1995

Assunto: Sobre a fusão das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Lagos, Portimão e Monchique, dando origem à Caixa de Crédito Agrícola do Barlavento Algarvio.
Apresentado por: Deputado Luís Filipe Madeira (PS).

Por escritura pública de 28 de Dezembro de 1994, as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Lagos, de Portimão e de Monchique integraram-se, dando origem à Caixa de Crédito Agrícola do Barlavento Algarvio.

A administração da nova instituição ficou a presidir o ex-presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lagos.

Na sequência do referido evento diversos órgãos de comunicação social, de âmbito nacional e de âmbito regional, fizeram-se eco de situações que, a serem fundadas, estão na alçada dos poderes do Banco de Portugal — Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, designadamente do artigo 30.º

Tais situações têm alegadamente a ver com negócios celebrados em manifesto prejuízo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lagos de que alguém beneficiou e com anteriores comportamentos oportunamente sancionados pelo Banco de Portugal que, não obstante, não terão sido até agora considerados para efeitos do referido artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 298/92.

Porque tais notícias inquietam a opinião pública, designadamente os associados da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Barlavento Algarvio e geram desconfianças nas instituições de crédito do sector cooperativo, requero a S. Ex.ª o Sr. Governador do Banco de Portugal se digne informar-me do seguinte, porque tal considero útil para o exercício do meu mandato:

- 1) O designado presidente da administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Barlavento Algarvio foi, enquanto presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lagos, sancionado pelo Banco de Portugal por actos praticados no exercício das ditas funções?
- 2) Tem o Banco de Portugal conhecimento das notícias a que se faz referência no corpo do requerimento?
- 3) Entende o Banco de Portugal dever intervir, como autoridade fiscalizadora, especificamente no caso em apreço?

Requerimento n.º 468/VI (4.ª)-AC

de 9 de Fevereiro de 1995

Assunto: Destruição de teleimpressoras pela Portugal Telecom.

Apresentado por: Deputado Guilherme d'Oliveira Martins (PS).

Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, que pelos *Ministérios das Obras Públicas, Transportes e*

Comunicações e das Finanças me seja prestada informação sobre a destruição, em final de Janeiro, pela Portugal Telecom de 1000 teleimpressoras adquiridas à Siemens há ano e meio, por estarem alegadamente obsoletas. Qual foi o preço do referido equipamento? Não havia susceptibilidade de o mesmo ter aproveitamento no domínio da cooperação para o desenvolvimento ou do apoio a organizações não governamentais?

Requerimento n.º 469/VI (4.ª)-AC

de 9 de Fevereiro de 1995

Assunto: 2.º Quadro Comunitário de Apoio.

Apresentado por: Deputado Guilherme d'Oliveira Martins (PS).

Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, que pelo *Ministério do Emprego e da Segurança Social* me seja prestada informação sobre o sentido e alcance de uma comunicação da Comissão das Comunidades Europeias de 16 de Janeiro, segundo a qual a segunda parcela correspondente à aplicação do 2.º Quadro Comunitário de Apoio no âmbito da formação profissional se encontra congelado até que o Governo Português esclareça o motivo pelo qual os primeiros adiantamentos do 2.º Quadro Comunitário de Apoio serviram para pagar saldos relativos ao 1.º Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993), não obedecendo ainda a sua aplicação aos princípios de boa e sã gestão financeira.

Requerimento n.º 470/VI (4.ª)-AC

de 9 de Fevereiro de 1995

Assunto: Autos levantados pela PSP.

Apresentado por: Deputado Guilherme d'Oliveira Martins (PS).

Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, que pelo *Ministério da Administração Interna* me seja prestada informação sobre o número de autos de ocorrência levantados pela PSP, por distritos e por anos (de 1991 a 1994), e sobre o número de autos que deram lugar a processos crime.

Requerimento n.º 471/VI (4.ª)-AC

de 8 de Fevereiro de 1995

Assunto: Admissões e saídas na PSP.

Apresentado por: Deputado Guilherme d'Oliveira Martins (PS).

Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, ao *Ministério da Administração Interna* me seja prestada informação sobre:

- a) Número de agentes da PSP admitidos nos últimos cinco anos (com discriminação anual);
- b) Número de agentes da PSP que abandonaram a corporação nos últimos cinco anos (também com discriminação);